

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO  
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Joana Tavares de Figueiredo

“E EU COM ISSO?”

Concretizando a parceria entre família e escola:

Reflexões sobre a importância, validade, e a funcionalidade da relação entre escola e família e suas implicações no processo de aprendizagem.

São Paulo

2011

Joana Tavares de Figueiredo

“E EU COM ISSO?”

Concretizando a parceria entre família e escola:

Reflexões sobre a importância, validade, e a funcionalidade da relação entre escola e família e suas implicações no processo de aprendizagem.

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Psicopedagogia sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Anete Busin Fernandes

São Paulo

2010

## ***Agradecimentos***

Agradeço meus pais pelos esforços e dedicação para que eu pudesse concretizar sonhos, bem como o corpo docente do curso de Psicopedagogia da PUC-SP em especial Anete Busin Fernandes, orientadora desse trabalho.

***“O objetivo da argumentação, ou da discussão, não deve ser a vitória, mas o progresso”.***

***Joubert, Joseph***

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo: apresentar teorias que circundam o ambiente familiar, suas dinâmicas e interferências frente ao processo de aprendizagem de um indivíduo.

Trazendo contribuições dos campos da pedagogia, psicologia e psicopedagogia, defendo uma visão holística que enxerga um sujeito considerando os espaços e personagens que o cercam e sua relação direta com os mesmos.

Por ter experiência no ambiente escolar e conviver com a constante parceria entre a instituição familiar e a instituição escolar, noto a validade e a funcionalidade da relação dialógica entre ambas, relação essa que tem sua relevância para o processo de desenvolvimento de uma criança e/ou adolescente.

Palavras-chave: desenvolvimento da criança; família; diálogo;

## Abstract

This paper aims: to present theories that surround the home environment, its dynamics and interferences into the learning process of an individual.

With contributions taken from the fields of pedagogy, psychology and educational psychology, I advocate a holistic view that sees a guy considering the locations and characters that surround him and his direct relationship with them.

Having experience in the school environment and living with the constant partnership between the family institution and the academic institution, I see the validity and functionality of the dialogic relationship between the two, and that relationship has its relevance to the development process of a child or adolescent.

Key-words: child development; dialogical relationship; family

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
Capítulo I - Ambiente familiar.....	6
Capítulo II - Ambiente escolar.....	17
Capítulo III - Contextualizando o trabalho psicopedagógico.....	22
Considerações finais .....	29
Referências bibliográficas.....	

Ao longo dos últimos anos muitas foram as transformações sociais ocorrentes. O avanço tecnológico e suas implicações geraram diversas modificações na vida pessoal e profissional das pessoas.

A velocidade das informações também aumentou e junto com ela a possibilidade de relacionamentos virtuais sejam eles, ou não profissionais. As redes sociais têm possibilitado a comunicação com um número ilimitado de pessoas para os mais diferenciados propósitos. Com isso, o tempo dedicado aos vínculos e contatos foi ficando escasso e o formato das relações transformando-se.

A partir da realidade dada, a sociedade passou a delegar funções à instituições diversas em virtude dessa ausência de tempo gerada pelo cenário avançado. Percebemos hoje, por exemplo, que é possível participar de aulas, palestras, e até atendimentos médicos utilizando a internet como um recurso para a comunicação.

Em resposta a essas transformações a instituição de ensino passou a receber não apenas a função de transmitir conteúdos, saberes, mas o papel de efetivar um trabalho em sua completude que pudesse abranger a formação do indivíduo em sua totalidade (desenvolvimento físico, motor, cognitivo e emocional). Enquanto assumia suas novas atribuições delegadas pelas famílias, as mesmas continuavam a trabalhar para gerar mais e mais avanços nos diversos mercados de trabalho e na tecnologia, se ausentando muitas vezes das responsabilidades para com a rotina da criança e seus aprendizados. A velocidade aumenta em conjunto com as exigências e o tempo diminui.

Com a mudança da sociedade, modifica-se conseqüentemente a dinâmica familiar e escolar. A mudança ocorre para que ambas (família e escola) possam atingir as novas exigências sociais em vigência.

Ao delegar o papel de completa formação à escola, o professor passa a ser não apenas professor, mas também médico, terapeuta e por vezes pai ou mãe de seus alunos.

Outro aspecto relevante dentro dessa discussão é que entramos no século XXI e encontramos outras configurações diferenciadas de constituição e valores familiares. Conseqüentemente outras complexidades aparecem nas estruturas familiares contemporâneas.

Atualmente não é coerente contar com apenas um modelo de família nuclear como ambiente formador de um indivíduo, muitas foram as mudanças e os papéis assumidos: crescimento na adoção, casais resultados de divórcios, casais homossexuais, mulheres ganham cenário profissional e saem dos lares, terceirização da educação, dentre outros exemplos que caracterizam essa nova estrutura.

Em resposta a tudo isso as crianças chegam mais cedo a escola fazendo com que as instituições de ensino passem a cuidar também de hábitos alimentares, higiene, socialização primária e outros aprendizados anteriormente transmitidos na relação familiar.

Sabemos que a responsabilidade para com os educandos não é função da escola. Quem responde por eles são os pais ou responsáveis. O papel da instituição é auxiliar na educação e formação dos indivíduos para que possamos viver em uma sociedade organizada e instruída.

Para que fiquem claras todas essas questões, quem é responsável pelo o que no processo de aprendizagem, é essencial que tanto instituição quanto família se comuniquem. Trocando ideias, informações e auxílio, esse desenvolvimento se dará de forma mais saudável tanto para a família quanto para a própria criança.

Busquei em autores da área da Psicologia e Psicopedagogia, reflexões e argumentos que ampliem e signifiquem os resultados obtidos quando esses personagens (da família e da escola) se inter-relacionam para auxiliar no desenvolvimento do sujeito biopsicosocial.

Sou pedagoga e através dos meus anos de prática tenho notado que quando ocorre a concretização de uma relação dialógica entre personagens envolvidos no processo de desenvolvimento de uma criança, muito se ganha em conhecimento. Muitas vezes até as questões de dificuldade de aprendizagem são superadas quando esses pais entram em cena e assumem seu real papel de pais também provedores e possibilitadores do aprendizado dos filhos. Em contrapartida, quando essa estrutura, essa inter-relação não se finca, uma multiplicidade de dificultadores pode aparecer e os demais profissionais como: psicopedagogos, psicólogos e terapeutas familiares; entram em ação para reorganizar e trabalhar com o que é necessário,

Os anos letivos que tenho de prática na Educação Infantil e Ensino fundamental na rede particular da cidade de São Paulo mostraram-me também que independentemente da classe social, seja ela favorecida financeiramente, como é o caso do público que trabalho, ou desfavorecida, ambas estão passíveis de encontrarem dificuldades na relação entre os familiares e os profissionais da educação. Vale enfatizar que a situação financeira não interfere nem influencia na existência ou inexistência da relação dialógica entre esses personagens.

Em atendimentos individuais, proposta oferecida pela instituição que atuo, onde é oferecido aos pais uma hora durante o semestre para uma conversa esclarecedora a respeito do processo de aprendizagem do aluno, noto a satisfação dos mesmos pelo espaço e pela possibilidade de um tempo coerente para uma reunião onde o foco é apresentar e explicitar, sejam ganhos ou dificuldades da criança.

Busquei na PUC-SP um curso para continuar a minha formação e me aperfeiçoar como profissional. Encontrei na Psicopedagogia muitas respostas para algumas inúmeras perguntas que vieram surgindo enquanto atuava em sala de aula. Alguns professores justificam alguns dos comportamentos intelectuais ou atitudinais dos alunos dizendo “que a culpa é da família!”. Mas será? Busquei nos teóricos e no curso essas e outras respostas.

Através de referências teóricas que abordem o desenvolvimento da criança e sua relação com os familiares propus práticas válidas para facilitar o processo de aprendizado, oferecendo a chance real das crianças desenvolverem e aprenderem algo essencial como conviver em sociedade atuando como cidadãos.

No primeiro capítulo abordo o ambiente familiar, sua estrutura e interferências frente ao desenvolvimento da criança nele inserida. A relevância e influência das ações dos pais frente o processo de construção do filho, seus conceitos e valores, além da relação da criança com as inúmeras expectativas e desejos nela anteriormente depositados.

No capítulo seguinte esclareço a relação da instituição de ensino com o indivíduo e seu processo de aprendizagem bem como a responsabilidade da mesma em transmitir aos pais ou responsáveis o caminhar desse desenvolver. Trago também contribuições vistas nas escolas, que concretizam a prática e a validade dessa construção dialógica entre os envolvidos no aprendizado do sujeito.

Contextualizar o trabalho psicopedagógico também se faz essencial. É sobre isso o terceiro capítulo. Apresento o profissional e sua prática além de sua importância e contribuição nesse cenário.

A relação construída com o diálogo no decorrer do desenvolvimento de um sujeito

é importante, e por ser, que o terreno família, escola e demais profissionais e bastante fértil e merece ser observado e investido.

## I. Ambiente familiar

Sabemos que os seres humanos organizam-se e sobrevivem em sociedade. Dentro dessa sociedade encontramos organismos menores, divididos em pequenos grupos: é a estrutura familiar.

Para abordarmos com coerência as questões que circundam o ambiente familiar e sua interferência no processo de aprendizagem, se faz necessário atualizar o cenário.

Por mais que no dicionário a definição da palavra casal ainda tenha como significado “*par composto por macho e fêmea ou homem e mulher*” (Aurélio 2008, p.217) , com a contemporaneidade esta configuração se modificou, trazendo novas distribuições familiares que não apenas as heterossexuais formadas por dois parceiros. Justamente em virtude dessas novas constituições portanto, não é possível contarmos com apenas um modelo familiar como ambiente de desenvolvimento e formação de um sujeito. A sexualidade, o laço matrimonial e a procriação foram dissociados e a parentalidade e conjugalidade já não são critérios para que surjam novas formações.

Casais homossexuais, sejam femininos ou masculinos, têm estampado capas de revistas nacionais e internacionais manifestando a vontade desse grupo de poder ter um casamento validado e conseqüentemente dar continuidade a família tendo filhos seja de maneira natural ou por adoção.

Seja a família composta por homossexuais ou heterossexuais, qual a importância dessa primeira instância na vida desse filho?

A família carrega consigo além de sua ontogênese, suas histórias, valores, cultura e limites. Dentro desse ambiente a construção individual de cada sujeito nascido nesse

grupo é compartilhada entre os membros, membros esses que atuam direta ou indiretamente nessa individualidade em construção. Concluimos então que somos seres mediados por outros seres, no decorrer de nossa história.

A família é o grupo primário inicial que nos deparamos, grupo esse que possibilita e inicia o nosso processo de desenvolvimento. O espaço vital (a família) é um organismo permeado por regras e valores transmitidos de geração em geração. Essas regras e valores determinam o que desse organismo faz parte e o que não faz.

Para Soifer (apud Balthazar, 2006; p. 31):

*“Família pode ser definida, como estrutura social básica, com entre jogo diferenciado de papéis, integrada por pessoas que convivem por tempo prolongado, em uma inter-relação recíproca com a cultura e a sociedade, dentro da qual vai se desenvolvendo a criatura humana (...)”*

Essa estrutura defendida pela autora e esses papéis bem determinados são de crucial importância para um desenvolvimento saudável em que o sujeito aprenda.

Em síntese o que pretendo esclarecer é que no decorrer do crescimento de qualquer ser encontramos os mediadores: a família e a sociedade (cultura) que se inter-relacionam.

O processo de aprendizagem confirma a ideia. Seja a aprendizagem informal, iniciada através do ambiente familiar ou a formal construída na instituição, contamos sempre com outros sujeitos que colaboram (ou não) consciente ou inconscientemente no decorrer do nosso desenvolver.

Tão importante quanto buscar a compreensão e razões possivelmente geradoras de uma dificuldade de aprendizagem no decorrer do processo de desenvolvimento do sujeito, é analisar/ enfatizar que essas dificuldades não devem ser explicadas/ interpretadas

enxergando o aprendiz isoladamente. E isso se dá justamente por esse desenvolver contar com as interferências e ações dos mediadores.

Vale esclarecer que o que aqui determino por mediadores são os personagens principais ou coadjuvantes que acompanham e auxiliam o sujeito durante a construção de sua história (pais, familiares, profissionais envolvidos, amigos, etc.)

Através dos estudos de caso de Polity e Fernandez, que analisaram a dificuldade de aprendizagem e seus sintomas, conclui que um fator crucial que deve ser considerado no trabalho terapêutico com crianças que se deparam com dificuldades de aprendizagem, é a presença e as ações dos familiares envolvidos que participam e/ou testemunham a construção do sintoma aparente.

*Redes: Uma rede familiar ou social é o conjunto de caminhos que, de maneira informal, espontânea, vinculam as pessoas entre si.*

*(Polity,2001;p. 152)*

Partirei de uma concepção sistêmica, considerando a família como uma rede, para fortalecer e defender a ideia da validade do diálogo entre esses participantes do processo de aprendizagem.

Segundo Polity a visão sistêmica é **“um caminho que permitiu redimensionar as dificuldades de aprendizagem como parte integrante de um contexto mais amplo.”** (ibdem; p. 155)

A redimensão explicitada pela autora é que através de seus estudos e práticas concluiu-se que analisar as dificuldades segundo um olhar sistêmico, garante que o indivíduo e sua dificuldade sejam enxergados dentro da realidade/ contexto em que se apresentam. Esses personagens, essa rede de envolvidos, cercam o ambiente de aprendizagem, colaborando inclusive, com seu fracasso ou sucesso.

No decorrer das análises das dificuldades de aprendizagem, percebe-se que quando os familiares agem de maneira saudável e aberta possibilitando que os profissionais participantes do percurso (professores, psicopedagogos, terapeutas) possam trazer suas contribuições e possíveis intervenções, o processo flui trazendo bons resultados para o aprendiz e conseqüentemente para sua família.

Porém, quando ao invés de contribuir os envolvidos impedem o trabalho, pouco se pode fazer para que o sujeito avance e progrida frente sua dificuldade. E a razão disto é justamente por ele estar imerso nessa estrutura determinada.

Vale refletirmos também sobre como os pais (ou responsáveis) encaram a dificuldade de um aprendiz quando essa surge. Somos indivíduos desejantes repletos de expectativas, e quando um novo membro chega à família, muitas vezes se torna depositário dessas expectativas.

Assim como a criança, seus pais também são repletos de pulsões/desejos e impulsos que o constituem e direcionam suas necessidades. São os desejos e a moção pulsional:

*“(...) Em qualquer concepção do homem existem noções tão fundamentais, que não podem ser delimitadas; este é incontestavelmente, o caso do desejo (...)” (in Laplanche e Pontalis, 2001; p.113)“Moção pulsional: Expressão utilizada por Freud para designar sob seu aspecto mais dinâmico, ou seja, na medida em que se atualiza e se especifica num estímulo interno determinado.” (ibidem; p. 285)*

Portanto, no trabalho com famílias é de crucial relevância considerar essas particularidades parentais.

Essa particularidade dos pais deve aparecer no cenário terapêutico? Ou mantêm se o foco apenas na criança e em sua dificuldade? Trazer a voz e a história desses pais é válido para o processo desse filho?

Michelle Roman Faria traz contribuições fundamentais:

*“Que os pais estão, de uma maneira ou outra, sempre presentes nas análises das crianças é um fato. São os pais que num primeiro momento, se queixam, são eles que marcam horários e pagam o tratamento. A criança está, por sua condição de criança submetida ao desejo desses pais durante todo o tratamento, inclusive em relação à sua continuidade.”*

*(Faria, 1998; p. 25)*

Anna Freud vai além em seus estudos, enfatizando que:

*“as crianças não poderiam ser analisadas sem que os pais também o fossem. Ou seja, preceve-se a análise dos pais como forma de controle dessa “realidade”. (Apud Faria, 1998; p.25)*

Porém no que consiste o tratamento da dificuldade de aprendizagem que surge? Consideram-se os aspectos trazidos pelos pais apenas? Ou a realidade trazida pela criança na sua relação com o profissional que a auxilia?

*“procurar o enigma do sintoma por uma atenção voltada para o conjunto do discurso da criança e dos pais.” (Apud Faria, p.25)*

Concretizando a minha defesa em uma visão sistêmica acredito que se os pais estão inseridos diariamente na realidade do filho, esses devem sim ser considerados e escutados também em seu processo terapêutico, enfatizando que por mais que se dê “voz” aos responsáveis, o espaço é da criança.

Muitas vezes quando as dificuldades surgem no cenário familiar, as mesmas são recebidas pelos sujeitos envolvidos como uma ameaça as expectativas; a não realização

dos desejos que permearam a história desse pai ou mãe. Essas expectativas muitas vezes não são percebidas e até mesmo camufladas por esse inconsciente não acessado. É a quebra da ferida narcísica, da vaidade em relação ao se tornar bons pais. Afinal os pais vêem nos filhos sua continuidade, a possibilidade de que aquele novo sujeito atinja os objetivos não atingidos por ele.

A onipotência muitas vezes desses pais os cega para a dificuldade, porém da onipotência surge à impotência ao perceber a realidade distorcida do que se esperaria.

*Narcisismo: (...) No plano tópico, o ideal do ego representa uma formação narcísica que nunca é abandonada” (Laplanche e Pontalis, 2001; p. 290)*

Em resposta a essa ferida narcísica, muitas vezes os pais acabam não diferenciando e até reconhecendo a discrepância entre o filho real, tal como é com suas dificuldades, do filho ideal, utópico imerso em expectativas anteriores.

Outro aspecto influenciador no desenvolvimento do indivíduo é a indefinição dos papéis atribuídos pelos familiares. Muitas vezes a referência paterna e materna não são suficientemente boas.

Elza Dias trouxe em sua releitura da teoria de Winnicott, um outro aspecto que também colabora com esse trabalho:

*“Nenhum bebê, nenhuma criança, pode vir a tornar-se uma pessoa real, a não ser sob os cuidados de uma ambiente que dá sustentação e facilita os processos de amadurecimento.”(Dias, 2003; p. 96)*

Sabemos, contudo, que o ser humano e sua espécie não é capaz de sobreviver individualmente sem os cuidados de um outro humano. Mesmo conhecendo histórias

como a do menino-lobo, somos conscientes de sua impossibilidade. O ser humano é incapaz de sobreviver em sociedade sem a presença de um mediador em seu desenvolver.

Entendemos que é o ambiente familiar que constituirá a base inicial para que esse novo sujeito seja inserido em sua nova realidade. Os bebês, por exemplo, que não gozam nem ao menos como bebês dessa sustentação dada por esse outro, não se realizam enquanto tal em suas necessidades, pode-se inclusive duvidar de sua sobrevivência.

Outro conceito de fundamental importância que amplia essa perspectiva é a “mãe suficientemente boa”. Para Winnicott essa mãe que auxilia esse iniciar de vida, **que proporciona o alimento e acima de tudo atribui significado para as manifestações do bebê**, também deve vir a respeitar a individualidade e construção da personalidade desse ser em desenvolvimento. O conceito de desenvolver com a participação dessa mãe é:

*“... um processo de amadurecimento em curso e que, portanto, não é ela que dará vida ao bebê. A mãe apenas facilita um processo que pertence ao bebê.” (Dias, 2003; p.133)*

Já refletimos sobre a definição e o papel dessa mãe, mediadora, porém limitando-se a sua função sem invadir o espaço de construção própria de seu bebê. Podemos nos perguntar: e a figura paterna? Onde entraria em cena?

Se buscarmos na psicanálise os conceitos que fundamentam a função do pai, encontraríamos definições diferenciadas, no entanto me limitarei a citar uma das que colabora para não invasão da mãe na vida da criança como: a quebra da simbiose.

Nessa relação de interdependência entre mãe e filho, a função paterna colabora para trazer à tona a participação de mais um membro que revela inclusive em sua presença, a

individualidade desses sujeitos da família.

*“Toda referência ao pai será portanto sempre referência a uma função mediadora da relação tanto da mãe como da criança com a mãe, o pai constituindo-se como elemento terceiro nessa relação.”( Faria, 1998; p. 56)*

Mas qual então é a real função familiar além de fornecer a alimentação, moradia, higiene e afeto? Revendo Soifer esclareço que o que:

*“ressalta a importância da função correta dos genitores, principalmente no que se refere ao seu papel de autoridade, que está presente impondo limites, dando noção de realidade, ajudando na contenção dos impulsos destrutivos e da discriminação entre fantasia e realidade.”(Balthazar, 2006; p. 36)*

Muitas são as contribuições e funções parentais no desenvolver de um indivíduo, ressalto que a aprendizagem inicia-se antes mesmo da inserção da criança na instituição de ensino, a aprendizagem começa dentro da estrutura familiar. É no lar que se iniciam práticas culturais e sociais.

Sendo coerente com as teorias até aqui defendidas, acredito que o trabalho efetuado no decorrer da aprendizagem e no tratamento de possíveis dificuldades, não se direciona isoladamente ao sujeito, afinal outros personagens permeiam e interferem em sua trajetória, personagens esses que participam, atuam e muitas vezes responsabilizam-se por esse percurso, seja ele “bem sucedido” ou não.

Por estarem também à frente no decorrer da trajetória dos filhos, os pais são tão protagonistas quanto o sujeito.

Vale resgatar que assim como a criança os pais também carregam sua história,

história essa repleta de particularidades que constituíram sua individualidade. Essas histórias e experiências vividas são o que fizeram desse pai e mãe os pais que são e são essas experiências que influenciarão na referência que serão para os filhos. Por essas e outras questões que o trabalho com as famílias é um terreno que deve ser explorado.

Arrisco-me a parafrasear Sartre dizendo que “somos aquilo que fazemos com o que os pais fizeram conosco.”.

Somos seres que constituímos nossa identidade através dos espelhos que cruzam nosso trajeto, ou seja, é através das semelhanças e diferenças do outro que nos formamos.

Mas qual a influência real desses personagens no processo de aprendizagem do sujeito? A influência é a herança herdada:

*“Fica, pois, claro que a herança herdada (seja ela biológica ou psíquica) será condição necessária, mas não suficiente para o processo de aquisição do psiquismo, ou seja de um aparelho capaz de produzir pensamentos e pensar sobre eles. E portanto aprender.”*

*(Polity, 2001; p 37)*

Se olharmos e analisarmos o indivíduo e sua família torna-se mais fácil entender seu processo e suas dificuldades. Muito embora a dificuldade de determinado sujeito se paute em inúmeros fatores são os personagens (família e escola) que sustentam e atuam nesse processo.

Desvendamos até o presente momento os pontos de atuação dos familiares no decorrer da construção de sua prole. Vale esclarecer que a abordagem desse trabalho limita-se a pesquisar a família nuclear: composta pelo pai, mãe e filho/s (independente da sexualidade dos personagens).

Sabemos também que dependendo da formação, valores, religião, situação financeira; cada família nuclear organiza-se de uma determinada forma.

Em programas diários vespertinos, revistas populares e outros, ouvimos por demasiado a frase família desestruturada, aproveito para esclarecer que o termo utilizado não é válido. Toda e qualquer família possui uma estrutura: a sua! Há uma estrutura, porém há também dinâmicas diferenciadas. Essa estrutura, sendo ela qual for, muitas vezes acaba mesmo que não intencionalmente, deixando de ser funcional o suficiente, prejudicando, ou não auxiliando, o processo da criança. Mesmo sendo mal vista a estrutura tal como é tem sua razão de ser e estar como está e se mantêm.

Agora, quem seriam os portadores dos “conselhos” e encaminhamentos para aperfeiçoar ou até auxiliar na modificação das estruturas?

A estrutura familiar nos mostra certa ineficácia quando um de seus membros (e no caso do enfoque deste trabalho é a criança/ aluno) apresenta possíveis sintomas de dificuldades de aprendizagem.

Muitas vezes os sintomas são de ordem biológica e nesses casos deve-se procurar um médico na área da dificuldade, no entanto é grande o número de casos de famílias que buscam a escola para esclarecer possíveis questões e descobrem, com a intervenção dos profissionais da própria escola ou especialistas, que as dificuldades podem ser transformadas se assim o for a dinâmica familiar.

Em consequência a frequente busca das famílias por respostas sobre as dificuldades que se apresentam, o primeiro lugar a ser buscado por pais ou responsáveis é a escola.

Esclarecerei no capítulo seguinte, algumas questões referentes à instituição escolar e suas participações na formação dos cidadãos.

## II. Ambiente escolar

Assim como as demais profissões, para ser professor na atualidade devemos atingir nível superior. Para quem acaba de adentrar ao cenário talvez enxergue essa definição como óbvia, porém é recente a lei que exige formação superior em pedagogia para professores da educação infantil e séries iniciais. Até poucos anos atrás (2008) os profissionais com nível técnico poderiam exercer a profissão.

Essa ampliação na exigência da formação do professor se reflete também na modificação do cenário escolar. Através de estudos e pesquisas referentes ao desenvolvimento de crianças até seis anos de idade, detectou-se e confirmou-se a importância fundamental dessa fase para um bom desenvolvimento do sujeito.

As escolas de educação infantil passaram de um caráter histórico assistencialista (que mantinha cuidados “maternais” aos alunos) para um caráter de formação, com planejamento e propostas pedagógicas.

A escola é vista como uma instituição desde sua origem. Instituição essa que tem por responsabilidade e missão formar cidadãos instruídos transmitindo conhecimento e mediando o aprendizado.

Todas as instituições que tem por objetivo educar, seja de maneira formal ou informal, trazem para si a família e sua organização. Em escolas, por exemplo, antes de matricular o aluno os responsáveis costumam compartilhar com a mesma um pouco da história daquela criança até sua chegada.

Reunião de pais e mestres, reunião semestral, assinatura em boletins, atendimentos

individuais, são algumas das muitas propostas que possibilitam inserir os pais/familiares dentro do contexto de aprendizado.

Assim como a família, a escola também participa do processo de socialização e desenvolvimento do sujeito, portanto por mais independente que sejam as duas instâncias, ambas participam e influenciam um processo que é único para o indivíduo: seu desenvolvimento.

Ao assumir seu papel e aplicar suas intervenções, a escola depara-se com a família. Muitas vezes os familiares de um aluno cobram da instituição, além do conteúdo ofertado, uma formação pessoal e até profissional. Os papéis e delegações mais uma vez se confundem.

Contando com a legislação para esclarecer e delinear essas questões, e clarear a necessidade da parceria, trago a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9394/96) artigo 32 inciso IV:

*“... a formação básica do cidadão mediante o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1998)*

É grande o número de pais e/ou responsáveis que em qualquer situação da vida dos filhos levam queixas e questões para a escola, para que seus profissionais (professores, coordenadores, psicólogos e psicopedagogos) com suas respectivas experiências possam solucioná-los. A demanda por vezes ultrapassa a real função da escola na vida daquela criança ou adolescente.

Para que fique clara a delimitação dos papéis é essencial e legal (refiro-me à legislação) que as instituições dialoguem entre si.

No ambiente escolar dentre tantas, uma das funções do Coordenador pedagógico é mediar a relação dos professores e familiares quando essa se faz necessária. O trato com as famílias corresponde ao espaço ofertado aos mesmos para circundar e participar do cotidiano escolar, o que pretendo dizer com isso, é que cabe a equipe pedagógica delimitar e esclarecer o espaço dado aos pais em relação a seus direitos de participações e interferência.

Quais seriam então os espaços ofertados aos familiares? As práticas das escolas até os dias atuais já contribuem para refletirmos a respeito. Da educação infantil ao ensino médio, sejam em instituições públicas ou particulares, temos além das apresentações anuais de atividades (feiras de ciências, exposições de artes e apresentações), reuniões de pais, bem como atendimentos individualizados. Esses atendimentos contemplam devolutivas do processo, possíveis dificuldades e encaminhamentos.

Para que os discursos e encaminhamentos sejam feitos de forma coerente, é de fundamental importância que os transmissores da informação estejam atualizados e bem informados em relação ao assunto ou dificuldade abordada. O que pretendo enfatizar com isso é que os profissionais da escola precisam estar preparados para receber e lidar com as possíveis dúvidas, queixas e reclamações que possam surgir.

Perrenoud em seu trabalho “ 10 novas competências para ensinar” traz o seguinte apontamento:

*“Informar e envolver os pais é, portanto, uma palavra de ordem e, ao mesmo tempo, uma competência.”*

*(Perrenoud, 2000; p. 114)*

Muitas são as queixas de professores quanto a ausência dos pais em relação ao processo do aluno, porém outras tantas reclamações surgem quando os familiares se mostram por demasiado presentes apresentando inclusive opiniões e críticas a respeito

do trabalho desenvolvido pelo professor.

Essas e outras questões podem e devem ser resolvidas nos momentos dedicados a isso.

*“Todavia, de ambas as partes, competências extras poderiam ajudar a criar ou a manter o diálogo. Onde as coisas dão certo, observa-se, em geral uma grande capacidade de cada parceiro em considerar o ponto de vista e as expectativas do outro”*

*(Perrenoud, P.2000, p. 113)*

Para que se fortaleça e resignifique o objetivo real dessa parceria que se faz fundamental para um melhor desenvolvimento dos alunos, a oferta desses espaços de diálogos, encarando-os com importância e seriedade.

Esmiuçar as questões ditas acima através do diálogo possibilita a diminuição de situações de fracasso escolar. Quando a escola considera o aluno, suas questões, dificuldades, trazendo os responsáveis para auxiliar na resolução dos mesmos, o número de crianças que a serem encaminhadas à profissionais externos diminui.

Colaborando mais uma vez exemplificando através da minha prática escolar, esclareço que muitos são os casos que ao apresentar as dificuldades a família e propor situações de melhoria na organização, cobranças e novas formas de relação com o aprender, o contexto se modifica e se configura de uma outra forma. O fracasso sai de cena dando espaço ao sucesso.

Não pretendo com isso concluir que quando há dialogo entre escola e família todas as dificuldades são resolvidas, no entanto quero enfatizar que é através do diálogo que as questões que permeiam a dificuldade podem ser solucionadas e aperfeiçoadas.

Quantos pais após uma reunião passam a credibilizar mais a instituição em que o filho estuda?! Quantas famílias esclarecem dúvidas e tranquilizam-se ao sair de uma reunião?! Isso só acontece em virtude do planejamento e organização desse espaço.

Por vezes mesmo contando com a parceria entre as duas instituições e suas colaborações, algumas questões insistem em manter-se. Nesse momento cabe a instituição avaliar que aquela dificuldade se apresenta no aprendizado, porém ultrapassa os muros da escola. É hora de um encaminhamento.

### III. Contextualizando o trabalho psicopedagógico

Para clarear algumas questões e contextualizar o enfoque deste trabalho faz-se necessário apresentar e fundamentar o trabalho psicopedagógico

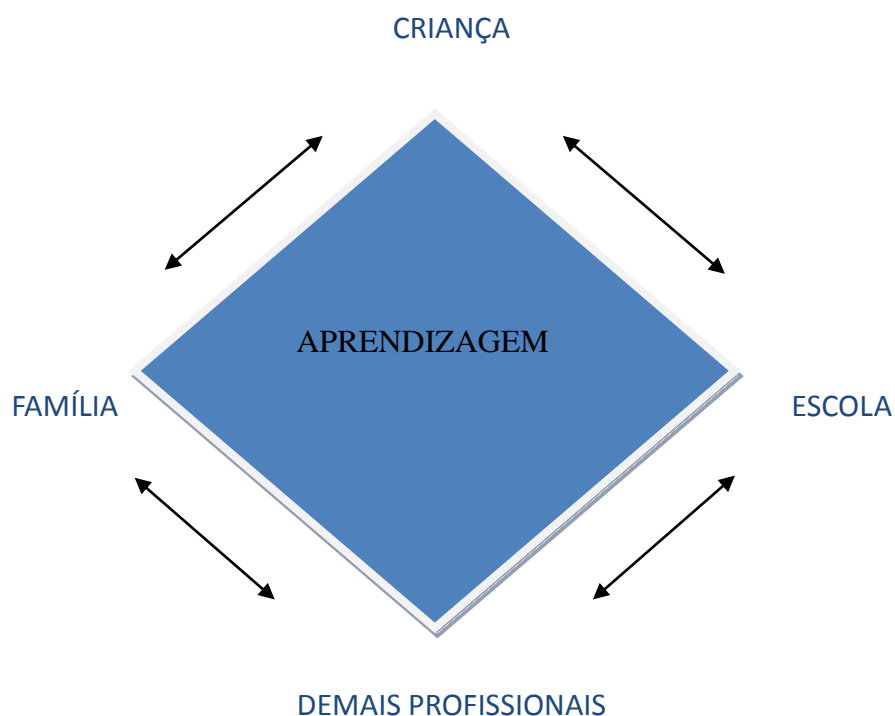
O cenário da Psicopedagogia vem ganhando espaço e atualização. Os profissionais da área atuam na intervenção psicopedagógica com a referência no processo de aprendizagem e sua construção e reconstrução, seja em instituições escolares ou outras.

Segundo o código de ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP- 96) capítulo I, artigo 1º:

*“A Psicopedagogia é um campo de atuação em Educação e Saúde que lida com o processo de aprendizagem humana; seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio—família, escola e sociedade—no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia.”*

Confirma-se através deste código, que o campo de atuação da Psicopedagogia trabalha e observa também a influência do meio familiar e escolar no desenvolvimento do sujeito.

As contribuições trazidas até o presente momento possibilitam a montagem de um panorama geral do cenário.



Antecedendo a Psicopedagogia, quem deve focar no processo de aprendizagem de um indivíduo é a sua escola e família, não necessariamente nessa ordem. O que quero dizer com isso é que é da responsabilidade da instituição de ensino e de seu profissional o professor, acompanhar, analisar e avaliar o processo de aprendizagem dos alunos apresentando os mesmos aos familiares envolvidos.

É importante também enfatizar que avaliar uma criança é diferente de fazer um diagnóstico psicopedagógico. A avaliação é feita na instituição que está assistindo a educação do sujeito. Um diagnóstico psicopedagógico é feito pelo psicopedagogo institucional ou clínico, acerca de uma dificuldade já trazida pela família ou pela escola. O especialista terá como foco a criança, seu processo educacional, social, particular e todo o contexto em que está inserido (cultura, família, escola, etc.)

Vale ressaltar que é fundamental a família do aluno se fazer presente e constantemente informada sobre esse percurso; seus avanços, facilidades e dificuldades. Justamente para que não haja possíveis surpresas ou falta de compreensão, que o

diálogo e a boa utilização dos espaços já citados até aqui, se façam coerentes e claros frente seu objetivo de informar e envolver a família no desenvolvimento de seu filho/a.

Dificuldades podem aparecer durante o percurso, e se a partir dessa análise os professores e coordenadores notarem que aulas de apoio ou recuperação de conteúdos não são suficientes e que outras questões circundam essa dificuldade, cabe a instituição fazer o encaminhamento necessário ao especialista da área.

Minha prática enquanto professora e participante assídua do envolvimento e esclarecimento constante aos pais, tem me mostrado que os familiares, independente de seu credo, formação e classe social, lidam com a apresentação da dificuldade de seus filhos das formas mais diferenciadas.

Já presenciei situações em que os pais agradecem a parceria e confiam à escola a indicação e encaminhamentos necessários, como também já acompanhei situações em que pela seriedade da dificuldade, os pais optaram por fechar os olhos para o encaminhamento e mudar o filho de instituição. Essa família em especial matriculou a criança em uma escola mais “conteudista” acreditando que a mesma solucionaria a dificuldade. Após uns meses de adaptação e avaliação a nova escola fez o mesmo encaminhamento. Percebe-se assim que o problema não estava na seleção do projeto pedagógico da instituição, mas no conjunto de variáveis envolvendo a realidade daquela criança e suas reais dificuldades.

Explicitarei o trabalho do Psicopedagogo por essa ser a minha formação, mas vale considerar que outros especialistas como fonoaudiólogos, psicólogos ou até mesmo neurologistas podem desenvolver um trabalho, seja ele em parceria ou não, com a Psicopedagogia.

Um paciente é encaminhado a um psicopedagogo, seja em um espaço como a clínica, seja em um espaço escolar, quando existem dificuldades em relação ao processo de

aprendizagem. Cabe ao profissional, investigar a história da criança e desempenhar um diagnóstico psicopedagógico, onde as modalidades e habilidades da criança serão analisadas.

Na Psicopedagogia há espaço para os pais? Logicamente que há. Os familiares são entrevistados inicialmente e deverão participar e frequentar durante todo o processo de atendimento, resgatando inclusive o percurso traçado pela família até a chegada à clínica.

Aproveito para compartilhar que na minha experiência na clínica Ana Maria Popovic, percebi nas entrevistas iniciais e as demais conversas durante o atendimento, que muitas questões pessoais dos pais vem à tona nas entrevistas. Através desses diálogos, já é possível enxergar como caminha o funcionamento daquela família em especial.

Apresento Clara\*, uma menina de doze anos que chegou a clínica aos dez encaminhada por dificuldades sérias nas habilidades relacionadas à leitura e escrita. Clara tem uma irmã mais nova que é considerada por ela e pela mãe seu oposto, já que seu desempenho escolar é melhor. Clara passou por avaliações neurológicas e psicológicas até chegar às psicopedagogas.

Quando a recebemos ela já estava em atendimento há um ano. Por ter criado um vínculo bastante fortalecido com as psicopedagogas anteriores, se mostrou resistente a conhecer as novas terapeutas.

Em todas as sessões ela entrava na sala de atendimento com uma “carinha” de que não gostava do trabalho. As dinâmicas apresentadas também encontravam resistência e Clara dificilmente aceitava as propostas trazidas para as sessões. Suas escolhas focavam jogos direcionados a faixa etária de 3 a 5 anos, e atividades artísticas inclusive essas mostravam aspectos semelhantes ao de crianças menores que a idade de Clara como garatujas e figuras humanas primárias.

Durante os atendimentos notamos falas da Clara que explicitavam uma não

\*Os nomes são fictícios para preservar a identidade da paciente e sua família.

colaboração da mãe em relação a cumprir com os combinados que fazia com ela. Ao chamarmos a mesma para uma conversa, Clara ficou brava por reforçarmos que combinados eram combinados e deveriam ser cumpridos. Ela defendia sua mãe de um jeito diferenciado, como se os papéis estivessem invertidos, repudiando que cobrássemos Rita \* de algo.

Em parceria com a psicóloga da mãe, desvendamos alguns segredos familiares bastante sérios. Rita tinha uma vida direcionada exclusivamente a ela: saídas noturnas, práticas de esportes em horários que atrapalhavam a vida das filhas, além de questões sexuais bastante fortes; Rita levava diferentes parceiros para casa fazendo com que as filhas testemunhassem além da mudança constante dos companheiros (sendo que o pai delas também se envolvia com a mãe) cenas explícitas de carícias. Em atividades de escrita da menina encontramos erros ortográficos que se relacionavam com as confusões sexuais geradas em Clara. Um dos exemplos foi em uma prova de ciências que Clara escreveu vulcão em **ereção**, ao invés de erupção.

Os papéis na família composta pelas três mulheres (o pai encontrava-se com questões judiciais e por isso as via com menos constância) eram realmente confundidos. Clara era quem cobrava de Rita como se essa fosse sua filha. Cobranças como horas para chegar das saídas noturnas, responsabilidades para com a escola das filhas, cobranças com horários, etc.

Analisamos que Clara se relacionava infantilmente com a aprendizagem justamente por ser com as coisas da escola que ela poderia ser a criança que talvez não tenha tido espaço para ser em casa. Isso se refletia também em suas atitudes infantilizadas na clínica.

Como já visto no primeiro capítulo deste trabalho, a família é a estrutura básica em que vive a criança e para um desenvolvimento saudável se faz necessário papéis bem

definidos. Nesse caso, nessa estrutura familiar, os papéis familiares estavam invertidos e seus membros não cumpriam com suas responsabilidades enquanto membros. Rita não se fazia mãe e Clara não podia, sendo assim, ser a filha. O caso de Clara exemplifica e concretiza o quanto é necessário encontrar na família algumas das direções necessárias. Além das preocupações de casa, com os parceiros da mãe, com a ausência do pai e incômodos também físicos, afinal Clara era adolescente e muitas são as mudanças e dúvidas, ela tinha mais uma preocupação: a escola.

O cenário é vasto, deve ser bem investigado e analisado, bem como manter-se esclarecido.

E nesse trajeto? A escola pode ser considerada? Pode e deve. Cabe ao Psicopedagogo também apresentar-se a escola e escutar e registrar o que a mesma tem a dizer sobre o encaminhamento e sobre o processo do paciente.

Retornando ao caso da Clara, quando visitamos sua escola a mesma compartilhou que ela não encarava suas responsabilidades escolares, não dando importância a construção de seu próprio saber. A escola criticou inclusive a ausência de Rita dizendo que além de não se mostrar presente no processo da filha e valorizar suas produções, atrasava-se com frequência não cumprindo ao menos os horários escolares das filhas e compartilhando com as mesmas a demonstração de um interesse maternal em relação a seu desenvolvimento.

Está mais do que claro a real e essencial razão sobre a validade e funcionalidade do diálogo entre os personagens envolvidos no percurso do aprender de um sujeito. Quando tivemos a oportunidade de conversar com a psicóloga de Rita desvendamos segredos da família que esclareceram muitas das nossas dúvidas. Tanto o sujeito, como seus familiares e profissionais envolvidos devem ser escutados e suas falas consideradas, para um diagnóstico coerente e acima de tudo esclarecedor.

O caso Clara mostra-nos que contando com o diálogo entre os especialistas podemos ter um cenário esclarecido e bem avaliado. Consequentemente os envolvidos proporão intervenções diretas para a melhoria e resolução das dificuldades apresentadas.

Com as questões esclarecidas e as dificuldades e suas razões clareadas, vale esclarecer que resumi o longo processo psicopedagógico, ambos devem manter o diálogo e compartilhar as necessárias modificações e ações a partir de então.

## Considerações finais

O objetivo desse trabalho é trazer um estudo acerca da importância do diálogo entre os personagens envolvidos em torno do desenvolvimento de uma criança, encontrando, ou não, dificuldades durante o percurso. Por estarem envolvidos devem se dedicar a construir um espaço dialógico para que se discutam questões rotineiras e fundamentais sobre o processo de aprendizagem.

Através dos autores apresentados busquei explicitar e também exemplificar o porquê a parceria entre família, escola e demais profissionais é importante e funcional.

Vimos que frente a uma dificuldade de aprendizagem quando se concretiza a parceria, o olhar amplia-se e cada especialista envolvido traz as contribuições e intervenções coerentes e necessárias.

Vimos também que as modificações na sociedade atual estão se ampliando cada vez mais. Os modelos não são mais os mesmos e a família formada por casais heterossexuais com casamentos duradouros já não são a única e exclusiva referência.

Já que consideramos o sujeito biopsicosocial, todos os indivíduos que o cercam são capazes de interferir em seu desenvolvimento, sejam seus familiares e os demais que o circundam.

Os pais têm os papéis bem delineados e devem assumir suas funções caso contrário as mudanças na constituição da família podem gerar implicações diversas.

Essas e outras questões permeiam o cenário escolar, institucional e clínico e devem ser constantemente olhadas, revisadas e analisadas. Usufruir e garantir o aproveitamento dessa parceria gera resultados essenciais e positivos a todos os envolvidos.

## Referências bibliográficas

BALTAZAR, José Antônio; MORETTI, Lucia Helena Tiosso; BALTHAZAR, Maria Cecília. **Família e Escola: um espaço interativo e de conflitos**. Arte e ciência, 2006.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Paz e terra editora, 2009

BOCK, Ana Mercês Bahia; Teixeira, Maria de Lourdes Trassi; Furtado, Odair **Psicologias, uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva.

**Código de Ética da ABPp** - Conselho Nacional 95/96.

DIAS, Elza Oliveira. **Teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott**. Imago, 2003

FARIA, Roman. **Introdução a Psicanálise de crianças: o lugar dos pais**, Hacker, 1998

FERNANDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Artemed, 1991.

FERNANDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente**: Análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FREUD, Sigmund. **Esboço de psicanálise**; trad. Maria Aparecida Moraes Rego. 1998.

GARCIA, Nicassio. **Manual de dificuldades de aprendizagem**. Artmed, 2009

LAPLANCHE E PONTALIS . **Vocabulário de Psicanálise**. Martins Fontes, 2001.

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos problemas de Aprendizagem.**

Porto Alegre: Artmed, 1992.

PAÍN, Sara. **Subjetividade e objetividade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas competências para ensinar.** Artmed, 2000

POLITY, Elizabeth. **Dificuldades de aprendizagem e família: construindo novas narrativas.** Vetor, 2001

RELVAS, Marta Pires. **Neurociência e transtornos de aprendizagem.** Wak editora, 2009

SAVIANNI, Demerval. **Escola e democracia.** Autores associados, 2006

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** Cortez, 2007.